

A LUTA PELA VISIBILIDADE LGBTQIA+: EXPERIÊNCIAS DO COLETIVO

ODARA EM BARBACENA - MG

DIAS, Natália Oliveira¹; SANTOS, Alax Wyllian dos Reis²; PATRICIO, Ana Luisa Pedrosa³;
SILVA, Vitor Rafael Faria Guedes da⁴; OLIVEIRA, Marli Amélia Lucas de⁵.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivos relatar a experiência do coletivo Odara do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia na cidade de Barbacena e destacar a importância da ação de um grupo que discuta sobre os direitos e vivências de pessoas LGBTQIA+ em uma instituição de ensino federal, na comunidade externa e em escolas estaduais da região, na tentativa de discutir a LGBTfobia no contexto escolar. A metodologia utilizada neste estudo se caracteriza por investigação qualitativa e exploratória, realizada por membros do coletivo com foco na observação dos participantes nas reuniões e debates. O estudo evidenciou a importância da existência e atuação de grupos sociais que questionem a realidade servindo como espaço de fala.

Palavras-chave: Gênero. LGBTfobia. Coletivo Odara.

ABSTRACT

This study aimed to report the experience of Coletivo Odara from Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia in the city of Barbacena, to highlight the importance of actions of a group that discusses the rights and experiences of LGBTQIA + people in a federal educational institution and in the external community and in the region state schools, in an attempt to discuss LGBTphobia in school context. The methodology used in this study is characterized by a qualitative and exploratory research, carried out by members of the collective with a focus on observing participants in meetings and debates. The study showed the importance of the existence and performance of social groups that question reality, serving as a space for speech.

Keywords: Gender. LGBTphobia. Odara Collective.

Introdução e objetivos

¹ Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de São João del-Rei, UFSJ/MG. Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTEMG), *campus* Barbacena. E-mail: nataliaod@yahoo.com.br

² Licenciado em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTEMG), *campus* Barbacena. E-mail: alaxwsantos95@gmail.com

³ Licenciada em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTEMG), *campus* Barbacena, Graduada em Educação Especial pelo Instituto Superior de Educação Santa Cecília. E-mail: analuisapedrosa3@gmail.com

⁴ Licenciando em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTEMG), *campus* Barbacena. E-mail: vitorguedes57@hotmail.com

⁵ Doutora em Educação: Psicologia da Educação pela PUC/SP, Professora Adjunta no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTEMG), *campus* Barbacena, Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento Profissional, Docente pela PUCSP, Pesquisadora no grupo EDUCINEP – Educação Inclusiva na Escola Pública, pela UNIFESP – Guarulhos, coordenadora convidada no NEC – Núcleo de Educação e Comunicação na UNIFAAT, ORCID iD: <http://0000-0001-6423-6256>. E-mail: marli.oliveira@ifsudestemg.edu.br

O estudo de assuntos relacionados à população LGBTQIA+⁶ é de grande relevância para o entendimento de como estes indivíduos, que sofrem diversos tipos de violências diárias, se organizam e lutam para sobreviver às pressões, preconceito e agressividades sociais chamadas de LGBTfobia. O preconceito é um acontecimento que produz mecanismos de discriminação e violência contra pessoas LGBTQIA+ e contra todas as pessoas cujos comportamentos e vestimenta de masculinidade e feminilidade não se enquadrem nas normas de gênero culturalmente pré-estabelecidas (VANNUCHI, 2008).

Segundo levantamento bibliográfico e documental, o Brasil dispõe de vários grupos de defesa dos direitos LGBTQIA+, sendo que o maior deles é a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), que é uma organização fundada em 1995, que tem como objetivo promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos de LGBTQIA+, buscando uma sociedade democrática e combatendo quaisquer formas de discriminação e violência, em razão de suas orientações sexuais e identidades de gênero. Porém, mesmo com instituições de associações, grupos, coletivos, entre outros, a cultura da violência e de negação dos direitos a essa população ainda é forte, o que resulta na urgente necessidade da ampliação do debate político sobre esse tema e do fim do preconceito.

Em decorrência disto, percebe-se que movimentos LGBTQIA+ ganharam e têm ganhado força na sociedade brasileira e mundial, na defesa dos seus direitos, na tentativa de minimizar a LGBTfobia, objetivando a manutenção da vida. No Brasil, em 1970, nasce o movimento homossexual, transformando-se em um dos movimentos sociais de maior expressão no país, se apresentando em paradas de orgulho LGBTQIA+, inclusão na política, entre outras organizações.

Diante do que foi explicitado anteriormente, este estudo tem por objetivos relatar a experiência do coletivo Odara do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, *campus* Barbacena, e destacar a importância da ação de um grupo que discuta sobre os direitos e vivências de pessoas LGBTQIA+ em uma instituição de ensino federal, na comunidade externa e em escolas estaduais da região, na tentativa de discutir a LGBTfobia no contexto escolar.

⁶ A denominação LGBTQIA+ incorpora novas pessoas, significando lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, mas a ela tem sido acrescido o '+', com o objetivo de indicar outras expressões da sexualidade e do desejo, indicando o quão complexas são as identidades e as relações de gênero (CARVALHO E AZEVÊDO, 2019).

A metodologia utilizada neste estudo é considerada como investigação qualitativa e exploratória, realizada no ano de 2019. No primeiro semestre foram promovidos encontros no âmbito da instituição federal e no segundo semestre visitas às escolas estaduais. As atividades foram desenvolvidas por membros do coletivo, que são estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

1 Breve histórico do movimento LGBTQIA+ no Brasil

Segundo Pitombeira e Oliveira (2020), a desigualdade social e a intolerância representam episódios significativos na história do nosso país. Desde a invasão do Brasil pelos colonizadores portugueses, a escravização dos índios e negros, a introdução da religião católica e criminalização dos demais cultos religiosos, até a dominação masculina abusiva sobre as mulheres ilustram tal afirmação. Com a comunidade LGBTQIA+ não foi diferente, a culpabilização dos homossexuais pelo surgimento do vírus HIV, por exemplo, comprova a dificuldade de ser homossexual em uma sociedade evidentemente preconceituosa. Como dito por Trevisan (2018), para os médicos e demais especialistas da época, a prática homossexual estaria associada à expansão do vírus, pois quando “o homem invade um nicho ecológico, ele contrai novas doenças”, ou seja, a homossexualidade seria a culpada pelo surgimento da doença, por fugir da prática sexual considerada padrão.

A heteronormatividade⁷ coloca em estado de submissão as pessoas LGBTQIA+, que acabam por se tornarem marginalizadas perante a sociedade e vítimas diárias de agressões físicas e verbais. Ferreira e Sacramento (2019) salientam que esse tipo de agressividade, acompanhado de um discurso de ódio, é expresso por um grupo de pessoas que se sente superior e exclui o que julga diferente, em nome da conservação de seus princípios e crenças, considerados tradicionais.

O histórico do movimento LGBTQIA+ no Brasil, que segundo Ferreira e Sacramento (2019) completou 40 anos de atuação no país em 2019, é marcado por vitórias que foram conquistadas após muita luta e sofrimento de diversas pessoas que até hoje são vistas como revolucionárias para a época. Os desafios enfrentados pelos principais representantes do movimento são demonstrações da dificuldade da afirmação de sua identidade.

⁷ Termo usado para descrever situações onde as orientações sexuais adversas à heterossexualidade são marginalizadas. Segundo Seffner (2013), é a norma que articula as noções de gênero e sexualidade, estabelecendo como natural macho ou fêmea, homem ou mulher e orientação sexual (se é um homem, irá manifestar interesse afetivo e sexual por mulheres, e vice-versa).

Juntamente com o movimento feminista e o movimento negro no final da década de 1970, a revolução sexual dessa época surgiu como forma de questionar a intolerância à diversidade sexual, que começava a apresentar suas diferentes variantes. Seguido ao fim da Ditadura Militar, o movimento gay deu início ao que hoje conhecemos como liberdade sexual, e que, desde então, desfez muitas das limitações sexuais impostas pela sociedade. A sexualidade e o prazer feminino foram colocados em pautas de discussões, conforme dito por Facchini (2011), que ainda classifica essa época como sendo a primeira onda do movimento homossexual.

Conforme afirmam Simões e Facchini (2009), o movimento de gays e lésbicas surgiu no Brasil no final dos anos de 1970 e ganhou força com o movimento estudantil, que começou a questionar a realidade enfrentada por eles. A luta também foi adensada pelo surgimento do Grupo Somos de Afirmação Homossexual e do Jornal Lampião de Esquina, que representam marcos importantes dessa fase do movimento. Esses grupos surgiram como forma de militância política e eram predominantemente formados por pessoas que se definiam como homossexuais. Inicialmente, tinham como pretensão desfazer a concepção da homossexualidade como sendo um ato de sem-vergonhice, pecado e doença, e se firmaram como ponto de referência inicial de uma mobilização existente até os dias atuais. Carvalho e Azevêdo (2019) salientam que o Grupo Somos foi o primeiro coletivo fundado com a finalidade de fortalecimento da identidade da população oprimida e busca de seus direitos civis. Nessa conjuntura político-social, surge o jornal Lampião de Esquina, que ficou conhecido como uma das primeiras publicações nacionais voltadas para o público homossexual.

A classe artística também possui seus pontos de relevância para a comoção social voltada para essa temática. Trevisan (2018) disserta sobre as peças teatrais que traziam o homoerotismo de forma explícita e cita como exemplo a peça “Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá”, que causava grande agitação na “sociedade de bem” dos anos de 1970. O autor também descreve a influência de cantores que surgiram nessa mesma época, como Caetano Veloso, que mesmo se declarando não homossexual, escrevia músicas que falavam sobre atração por outros rapazes e as cantava em seus shows, que também serviam de palco para diversas trocas de beijos e carícias com seus colegas de trabalho. Ney Matogrosso se apresentava de forma extremamente afeminada, trajando peças cheias de brilhos e adereços tipicamente femininos, e ainda se declarava livre e despreocupado com a visão que a sociedade construía a seu respeito.

Em 1980 surgiu o grupo Gay da Bahia, associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil. Em seu histórico, contam com diversas vitórias para o meio gay brasileiro:

Registrado-se como sociedade civil sem fins lucrativos em 1983, sendo declarado de utilidade pública municipal em 1987. Em 1988 foi nomeado membro da Comissão Nacional de Aids do Ministério da Saúde do Brasil e desde 1995 faz parte do comitê da Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas (IGLHRC) (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, s/d).

Esta mesma década foi marcada pelo surgimento do Grupo Triângulo Rosa, que juntamente ao Grupo Gay da Bahia tomou frente no processo de busca pela legalização dos direitos dos homossexuais. Uma das conquistas marcantes dessa fase do movimento é a substituição do termo “opção sexual” pelo termo “orientação sexual”, que aponta a sexualidade como algo natural, e não uma escolha, como pensado anteriormente (FACCHINI, 2011).

Por meio do documentário “Cartas Para Além dos Muros”, Canto (2019) elucidou a opressão vivida pelos gays e lésbicas nos anos oitenta. Desde então, a comunidade LGBTQIA+ vem enfrentando obstáculos que desafiam sua própria existência. Marcado por episódios de intolerância e preconceitos advindos da transmissão de informações errôneas, o movimento recebe incitações adversas a sua necessidade de existir. Intolerâncias essas que surgiram a partir da ligação dos homossexuais com o surgimento dos primeiros casos da Síndrome da Imunodeficiência Humana (SIDA), decorrente da infecção pelo vírus HIV, que invade o organismo humano e interrompe a ação das células CD4, que são as mais afetadas do nosso sistema imunológico. Conforme Carvalho e Azevêdo (2019), os primeiros casos da doença eram relacionados à homossexualidade masculina, sendo nomeada de peste gay, câncer rosa ou *Gay-Related Immune Deficiency* (Imunodeficiência relacionada a gays, em tradução livre), acentuando ainda mais o descrédito da população homossexual no Brasil e no mundo.

Consolidou-se, então, a ideia de que a doença só afetaria aqueles que fossem do grupo de risco. Depoimentos emocionantes são trazidos à discussão referentes ao estigma do movimento homossexual no Brasil:

Em 1981 a doença é descrita. Ganha nome, é estudada. Aparece a compilação dos sintomas, porém o vírus só passa a existir em 83. Então, de 81 a 83 os médicos tiveram que lidar com uma doença de altíssima letalidade, sem saber do que se tratava. Nesse momento, se estabeleceram as formas de transmissão antes de saber quem era o agente transmissor. Os tais quatro H: homossexuais, heroinômanos, hemofílicos e haitianos (Ricardo Tapajós, Cartas Para Além dos Muros, 2019).

Carvalho e Azevêdo (2019) também registram a importância da atuação desses grupos como forma de militância política na época de pico do vírus e epidemia da doença, pois os mesmos representaram uma barreira de enfrentamento à visão preconceituosa da sociedade, que colocava a doença como sendo um castigo divino aos que não seguiam a heteronorma, e também ajudaram a construir uma agenda de resposta à epidemia no Brasil, o que fez com que a luta do movimento se fortalecesse mediante essa ação.

Encabeçado pelo Grupo Gay da Bahia, em 1981 deu-se início ao movimento que pleiteava a retirada da homossexualidade da lista de doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) e a despatologização do termo (FACCHINI, 2011).

Laurenti (1984) afirmou, em seu editorial para a Revista de Saúde Pública, que a homossexualidade entrou para a Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde em 1948, sendo classificada como um distúrbio mental pelo parágrafo 302.0 da CID⁸. Portanto, aqueles que mantivessem relações adversas à heterossexual, além de serem condenados pelo crime de sodomia, também estariam classificados como doentes mentais (CARNEIRO, 2015).

Após muitas lutas e debates, a repulsa social contra o código 302.0 da CID surtiu efeito favorável ao movimento, e o ano de 1985 ficou marcado como o ano da maior conquista da sociedade homossexual brasileira. Com o apoio de grandes nomes do cenário político e da sociedade civil, de atores homossexuais e de diversas associações científicas importantes do país, o termo “homossexualismo”, que classificava a homossexualidade como desvio e transtorno sexual, foi extinto (CARNEIRO, 2015).

Da década de 1980 até os dias atuais, variadas foram as conquistas marcadas no histórico do movimento LGBTQIA+ no Brasil. Uma dessas vitórias foi a aprovação da união estável entre pessoas do mesmo sexo, estabelecida pela Resolução nº 175 do Conselho Nacional de Justiça em 14 de maio de 2013, que passou a penalizar instituições que se recusassem a celebrar casamentos civis entre casais do mesmo sexo ou deixar de converter em casamento a união estável homoafetiva. Ficou acordado que:

Art 1º É vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração do casamento civil ou de conversão de união estável em casamento de pessoas do mesmo sexo. Art 2º A recusa do artigo 1º implicará a imediata comunicação ao respectivo juiz carregador para as providências cabíveis. Art 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2013).

⁸ Definido pelo Ministério da Saúde como Classificação Internacional de Doenças, que lista as morbidades hospitalares.

Em outubro de 2016, rememorou-se a discussão acerca da proibição de doação de sangue por homens homossexuais, que segundo Cardinali (2016), esse debate já estava em pauta no Brasil desde 1985, oriundo das primeiras mortes em decorrência das infecções por AIDS, quando os homossexuais foram considerados como o principal grupo de risco. Essa norma foi efetivada pela Portaria nº158/2016 do Ministério da Saúde, que através do artigo 64 previa a inaptidão temporária de 12 (doze) meses para candidatos homens que tiveram relações sexuais com outros homens e/ou as parceiras sexuais destes.

Para Cardinali (2016), a falta de concordância é clara, nesse sentido. Se por um lado prezamos por leis que auxiliem e reforcem a política de não exclusão em decorrência da orientação sexual dos doadores, por outro, desprezam-se propositalmente os direitos de fala de homens homossexuais com vida sexual ativa, até mesmo os que possuem relações estáveis e com uso de preservativos. Assim, conforme Lopes, Campos e Mourão (2020), a restrição de sangue por homens que fazem sexo com homens reforça o estigma enraizado socialmente em relação a esses indivíduos de que os mesmos são mais propensos a portarem a doença. Este pensamento, que era comum na comunidade científica dos anos 1980, já foi contestado e reprovado por estudiosos atuais.

Segundo Michels e Mott (2018), a cada 20 horas uma pessoa LGBTQIA+ é assassinada ou se suicida, vítima da LGBTfobia no Brasil, o que coloca nosso país em primeiro lugar no *ranking* de violência por diversidade sexual. Conforme o levantamento realizado pelo grupo, no ano 2000 a marca era de 130 mortes de pessoas LGBTQIA+, aumentando gradativamente, sendo 260 mortes em 2010 e 420 no ano de 2018.

Cerqueira (2019) expõe, por meio do Atlas de Violência, que as denúncias (pelo Disque 100) de agressão e lesão corporal contra pessoas LGBTQIA+ chegaram a 1720 e 423, respectivamente, no ano de 2017. A pesquisa realizada de 2011 a 2017 mostra que o ápice de denúncias foi no ano de 2012, apresentando 3031 denúncias de violência e 783 de lesão corporal através do mesmo serviço. Neste cenário, foi aprovada em 2018 a Lei nº 7.716, que criminaliza a LGBTfobia. Tal lei já agia como punição às discriminações por raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional (BRASIL, 2019).

O ano de 2020 registrou mais uma das conquistas do Movimento LGBTQIA+ brasileiro, quando o projeto de lei para liberação da doação de sangue por homens homossexuais foi aprovado. Por maioria de votos, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucionais as justificativas para o veto de doação por homens que mantêm relações seguras com outros homens (BRASIL, 2020). Tal medida de proibição reproduz uma barreira de caráter moral e

religioso, de forma que o Estado reproduz a intolerância e diminui a finalidade da doação de sangue, que é salvar vidas, visto que tal atitude, caracterizada como um gesto de solidariedade, auxilia na recuperação de diversas vidas de pacientes que enfrentam tratamentos e intervenções médicas de grande complexidade (LOPES, CAMPOS e MOURÃO, 2020).

Ainda há muito que ser discutido e conquistado referente à temática em questão. A LGBTfobia ainda persiste em existir (mesmo que de forma velada) na sociedade atual. A luta pelos direitos civis e humanos dos LGBTQIA+ ainda caminha a passos pequenos. Honrar o nome daqueles que foram torturados e até mesmo mortos para que hoje a população LGBTQIA+ possa ter voz ativa na sociedade é um dever de todos.

2 A LGBTfobia no contexto escolar

Tendo em vista todo o histórico retratado no texto, a LGBTfobia também é recorrente nas escolas, de modo que os alunos são caracterizados como imorais ou errados por não fazerem parte da maioria, podendo ser reprimidos ou excluídos pelo meio heteronormativo ali presente (CALIXTO; FRANÇA, 2016). Como o período escolar é fundamental para a vida de todos, logo percebe-se que tal fato pode ser um problema na vida acadêmica de estudantes LGBTQIA+. Dessa forma, uma das possibilidades de diminuir ataques a esses estudantes seria por meio de profissionais da educação aptos a lidarem com esse tipo de situação.

O profissional da educação passa uma imagem muito importante para os discentes, bem como em alguns casos serve de modelo para a formação da personalidade dos mesmos. De acordo com o documento que contém planos de aulas a respeito de LGBTfobia, publicado pela UNESCO (2014), abordar temas como orientação sexual, identidade de gênero, homofobia e transfobia, por mais que sejam assuntos delicados, é necessário para fomentar um ambiente de respeito dentro da sala de aula. Os professores que conseguem abordar esses temas de maneira adequada para reprimir o preconceito na escola acabam por se tornar exemplos a serem seguidos pelos estudantes, além de ajudarem aqueles que sofrem com esta situação.

Menezes et al. (2020, p.726) afirmam que:

[...] estudar as temáticas sexuais e de gênero no ambiente escolar pressupõe um desafio democrático a ser enfrentado, vociferando pela construção de uma nova política educativa a partir da própria visibilidade do fenômeno: a compreensão dos direitos humanos, a proteção da vida, os direitos de igualdade, a educação para a sexualidade ou para as sexualidades.

Assim, fica evidente a grande importância da atuação de professores e servidores para tornarem a escola um local seguro para a comunidade LGBTQIA+, ressaltando a ideia de

Gomes (2018), que diz que o contexto escolar é um lugar onde todos devem ser incluídos, onde as portas devem sempre estar abertas, e um local onde se deve desenvolver o pensamento crítico, promovendo as mais diversas discussões, respeitando sempre as individualidades de cada estudante.

3 O percurso metodológico

Pereira (2001), ao discutir a abordagem qualitativa como foco de pesquisa, buscou em Bogdan e Biklen (1994) as características da investigação qualitativa. A referida autora relata que a investigação qualitativa possui cinco características.

A primeira diz respeito à fonte direta, como o ambiente natural no qual o investigador é o instrumento principal. O investigador frequenta o local de estudo porque se preocupa com o contexto, entendendo que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente natural de ocorrência.

A segunda característica da investigação qualitativa é descritiva, ou seja, os dados incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, memorandos pessoais e outros documentos, numa tentativa de analisar os dados em toda sua riqueza, respeitando, tanto quanto possível, a forma em que estes foram registrados e transcritos. Neste sentido a descrição funciona como um método de recolher o dado, quando se pretende que nenhum detalhe escape ao observador.

A terceira característica indica que os investigadores qualitativos se interessam mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados. Este tipo de estudo foca-se no modo como as definições (as definições que os professores têm dos alunos, as definições que os alunos têm de si próprios e dos outros) se formam.

A quarta característica aponta a indução como forma de análise dos dados, ou seja, os investigadores qualitativos não recolhem os dados na tentativa de comprovação de hipóteses, e sim a partir das abstrações construídas previamente. Assim, o processo de análise dos dados é como um funil: as coisas estão abertas de início (ou no topo) e vão se tornando mais fechadas e específicas no extremo. O investigador qualitativo planeja utilizar parte do estudo para perceber quais são as questões mais importantes.

A quinta característica aponta o significado como fator de grande importância na abordagem qualitativa, porque os investigadores estão interessados no modo como as pessoas dão sentido às suas vidas, ou seja, ao apreender as perspectivas dos participantes, a investigação

qualitativa faz luz sobre a dinâmica interna das situações, dinâmica esta que é frequentemente invisível para o observador exterior.

Através do resgate das características da abordagem qualitativa traçadas por Pereira (2001), é possível afirmar que, neste tipo de pesquisa, o investigador está em contato com o participante da investigação, com a intenção de perceber como ele experimenta, vivencia e interpreta o mundo em que vive. O processo de investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos, dado estes não serem abordados por aqueles de uma forma neutra.

Nesse estudo, por ter a abordagem qualitativa como foco de olhar, teve-se como caminho metodológico explicitar as ações do Coletivo Odara ao longo dos anos de 2018 e 2019.

4 O Coletivo Odara e suas ações

O Coletivo Odara foi criado em agosto de 2018 por estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSEMG), *campus* Barbacena, registrado no setor de extensão do mesmo. Teve como objetivo dar voz aos estudantes da instituição, à sociedade barbacenense e à população de cidades próximas.

De acordo com Ferreira (2011), coletivo é definido como o que abrange ou compreende muitas pessoas. Segundo o dicionário online de português (2020), Odara significa paz e tranquilidade, remetendo a características positivas, desmitificando os atributos errôneos que tantos gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais sofrem na sociedade brasileira.

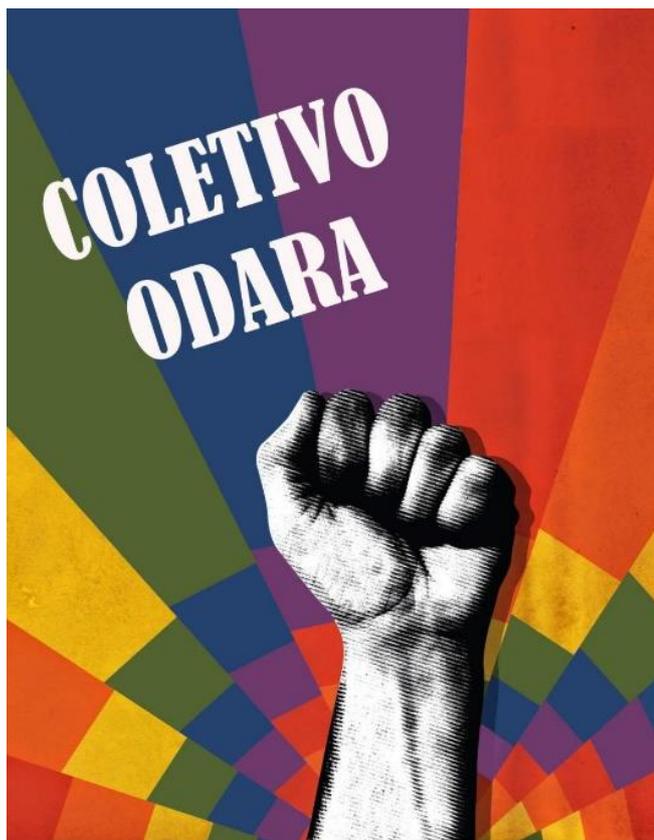


Figura 1 – Imagem da logo do Coletivo Odara, criada pelos participantes do grupo.

De acordo com Melucci (2001) e Mesquita (2008), um movimento social não pode ser entendido como um grupo isolado, e sim como um conjunto de grupos que se unem e compartilham ideias, interesses e ideais que culminam na constituição de uma identidade coletiva correspondente à luta. No caso do Coletivo Odara, o público-alvo são pessoas (estudantes da instituição ou não), independentemente do gênero e sexualidade com que se identificam. Todos são bem-vindos, inclusive, esse é o lema do coletivo. Nos encontros realizados ao longo dos anos de 2018 e 2019 foram abordados assuntos relacionados a LGBTfobia, a representatividade dos LGBTQIA+ na sociedade, relatos pessoais dos participantes, trocas de experiências, divulgações de informações sobre o meio LGBTQIA+, incluindo temas sobre a saúde, direitos humanos e utilização de recursos audiovisuais.

O Coletivo Odara atuou no primeiro semestre de 2019 no interior do próprio IFSUDESTEMG – *campus* Barbacena –, ocupando espaços abertos como jardins e coretos, abordando temas importantes para dissolução do preconceito instaurado contra parte da população da cidade e região. Tais ações trouxeram pessoas de outros cursos e várias idades, com as mesmas questões sociais, que deram um retorno positivo em relação ao projeto. Outras

atividades também foram desenvolvidas fora da instituição, como exemplo, aulas relacionadas a saúde e ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) e conversas sobre LGBTfobia, em escolas estaduais do município de Barbacena e de Antônio Carlos – MG.

O coletivo tem como principal justificativa contribuir para o fortalecimento do combate à LGBTfobia, pois falar de gênero vai muito além da questão sexual, diz respeito também às relações humanas, às escolhas de cada um e da sua liberdade de ser. Sexualidade, família e escola (ou qualquer instituição que se dedique à educação) devem ser pensadas a partir do princípio da “não exclusão”, ou seja, sistemas que devem interagir entre si por meio de vinculação, união e respeito pelas diferenças (MEIRELLES, 1997). Tal movimento procura criar uma atmosfera de respeito e empoderamento que atinge desde as crianças e adolescentes LGBTQIA+ até os adultos que cresceram com ideais machistas, preconceituosos e LGBTfóbicos.

No que tange às visitas às escolas, elas se deram no segundo semestre de 2019, por meio de contato com escolas que possuíam atividades e bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e outras escolas que souberam do projeto e convidaram o coletivo para atividades.

De acordo com Signorelli e André (2019), o Pibid foi instituído com o propósito de promover a entrada dos licenciandos na escola, a fim de que possam apropriar-se dos elementos inerentes ao trabalho docente, tanto os que ocorrem na sala de aula como outros que se dão nos diversos espaços escolares. O programa justifica-se pela necessidade de fortalecer a articulação entre a formação acadêmica e a profissional, contribuindo para o aprimoramento dos cursos de licenciatura e para a melhoria do ensino na educação básica, conforme está explicitado em documento oficial da CAPES (BRASIL, 2013).

As atividades na escola foram desenvolvidas por alunos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, junto com o professor regente das turmas de cada turma. Os temas abordados foram: sistema reprodutor, métodos contraceptivos, prevenção a ISTs e orientação sexual. Por meio dessas experiências pôde-se perceber que os alunos foram receptivos com o tema, participando com perguntas importantes para desconstrução desse preconceito.

No mesmo semestre de 2019, o coletivo chegou a atuar em uma escola da zona rural do município de Antônio Carlos, cidade próxima a Barbacena, onde mais uma vez obteve sucesso em falar sobre preconceito e levando conhecimento a respeito da comunidade LGBTQIA+, uma vez que foi solicitada, pelo professor, a atividade do coletivo com os alunos na escola. Os alunos

demonstraram atenção às discussões e participaram ativamente do debate, contando suas vivências e esclarecendo suas dúvidas.

Tendo em vista a grande influência da escola na sociedade e na vida dos estudantes, fica claro que abordar tais assuntos, por mais que delicados, ajuda no combate à LGBTfobia, pois quebra o estigma da heteronormatividade.

Considerações finais

Conforme a execução das atividades, o conhecimento sobre o coletivo foi se expandindo, e seu trabalho sendo disseminado em diversos setores da sociedade. Isso mostra a importância da existência e atuação de grupos sociais que questionem a realidade enfrentada pelos grupos socialmente oprimidos e que vá em busca da tão falada igualdade de direitos. Em sua ação, o Coletivo Odara também serviu como espaço de fala para aqueles que não possuem voz em sociedade e como um ambiente de aprendizado para todos que participaram das rodas de conversa.

Todas as atividades foram realizadas com a pretensão de inserir a tolerância e respeito mútuo entre as pessoas, de forma a contribuir com a diminuição dos episódios de opressão ainda recorrentes nos tempos atuais. As trocas de conhecimentos vivenciadas durante os ciclos de debates foram significativas para o fortalecimento em comunidade e aproximação de pessoas que se assemelham em pensamento, mas que sozinhas não conseguiam se expressar. Isso gera a consolidação de um ambiente democrático, onde um se apoia no outro na busca de questões que favorecem todos.

Na visão de Pereira e Araújo (2015), quando se pensa em elevar a qualidade da educação brasileira, compreende-se que

não é um desafio de uma nota só, serão necessários inúmeros agrupamentos de pensadores e agentes, de planos e estratégias sistematizadas, cuja evidência empírica evite o risco de arroubos românticos que produzem desconfiança, descompromisso e insucessos (p.12).

E mais, quando se levam em consideração aspectos das interações dos alunos com a escola, com o estudar e com o aprender, e ao indicarem a introdução de temas desta natureza acredita-se que oferecem fortes sinalizações para o desenvolvimento de programas de apoio e incremento de estratégias de atenção que promovam a necessária superação dos obstáculos impostos ao ensino.

Referências

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Proibição de Doação de Sangue Por Homens Homossexuais é Inconstitucional**, Decide STF. Brasília, DF: 2020. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=443015&ori=1>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Resolução Sobre Casamento Civil Entre Pessoas do Mesmo Sexo é Aprovada Pelo Conselho Nacional de Justiça**. Brasília, DF: 2013. Disponível em: [https://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesNewsletter.php?sigla=newsletterPortalInternacionalDestaques&idConteudo=238515#:~:text=175%2C%20de%2014%20de%20maio,Nacional%20de%20Justi%C3%A7a%20\(CNJ\).&text=O%20texto%20aprovado%20pe lo%20CNJ,entre%20pessoas%20de%20mesmo%20sexo](https://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesNewsletter.php?sigla=newsletterPortalInternacionalDestaques&idConteudo=238515#:~:text=175%2C%20de%2014%20de%20maio,Nacional%20de%20Justi%C3%A7a%20(CNJ).&text=O%20texto%20aprovado%20pe lo%20CNJ,entre%20pessoas%20de%20mesmo%20sexo). Acesso em: 30 maio 2020.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Supremo Tribunal Federal Enquadra Homofobia e Transfobia Como Crimes de Racismo ao Reconhecer Omissão Legislativa**. Brasília, DF: 2019. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 158 de 4 fevereiro de 2016**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 04 fev. 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0158_04_02_2016.html. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. DEB. **Relatório de gestão 2013**. Brasília: Fundação CAPES, 2013. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/.../2562014-relatororio-DEB-2013-web.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa Em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

CALIXTO, T. G.; FRANÇA, M. H. de O. LGBTfobia no ambiente escolar: desafios da prática docente. In: **Anais Congresso Nacional de Educação**. 2016.

CANTO, A. **Cartas Para Além dos Muros**. Descoloniza Filmes, 2019.

CARDINALI, D. C. A Proibição De Doação De Sangue Por Homens Homossexuais: Uma Análise Sob As Teorias Do Reconhecimento De Fraser E Honneth. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, **Revista Constituição e Garantia de Direitos**. V. 9, n. 2, 2016.

CARNEIRO, A. J. S. A Morte Da Clínica: Movimento Homossexual E Luta Pela Despatologização Da Homossexualidade No Brasil (1978-1990). In: **Anais XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, SC: 2015.

CARVALHO, C. A. AZEVÊDO, J. H. P. Do AZT à PrEP e à PEP: AIDS, HIV, Movimento LGBTI e Jornalismo. In Dossiê 40 anos do movimento LGBT no Brasil: comunicação, saúde e direitos humanos. FIOCRUZ, **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 13, n. 2, 2019.

CERQUEIRA, D. BUENO, S. LIMA, R. S. NEME, C. FERREIRA, H. ALVES, P. P. MARQUES, D. REIS, M. CYPRIANO, O. SOBRAL, I. PACHECO, D. LINS, G. ARMSTRONG, K. **Atlas da Violência 2019**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, 2019.

DICIONÁRIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7 Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/odara/>. Acesso em: 22 maio 2020.

FACCHINI, R. Histórico da luta de LGBT no Brasil. **Cadernos Temáticos: Psicologia e diversidade sexual**. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, nº 11, p. 10, São Paulo: 2011.

FERREIRA, A.B.H. **Aurélio Junior**: dicionário escolar da língua portuguesa. 2. ed. Curitiba: Positivo, 2011.

FERREIRA, V. SACRAMENTO, I. Movimento LGBT no Brasil: Violências, Memórias e Lutas. In Dossiê 40 anos do movimento LGBT no Brasil: comunicação, saúde e direitos humanos. FIOCRUZ, **Revista Eletrônica de Comunicação Informação e Inovação em Saúde**, v. 13, n. 2, 2019.

GOMES, J. C. de. S. Gênero, diversidade sexual e LGBTfobia na escola. **GEOCONEXÕES**, v. 2, 2018.

LAURENTI, R. Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças. **Rev. Saúde Pública**, v.18, n5. São Paulo: 1984.

LOPES, M. C. M. CAMPOS, F. M. D. S. MOURÃO, R. M. C. A Inconstitucionalidade da Restrição à Doação de Sangue por Homens que Fazem Sexo com Homens. Conteúdo Jurídico, Direito Constitucional. Junho de 2020.

MEIRELLES, J. A. B. **Os ETs e a gorila**: um olhar sobre a sexualidade, a família e a escola. In: AQUINO, J. G. Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. 3. ed. São Paulo: Summus, p. 71-86. 1997.

MELUCCI, A. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes. 2001.

MENEZES, R. D. B. de.; SOARES, G. D.; OLIVEIRA, O. F. N. SILVA, F. V. da.; TAMANINI, P. A. A LGBTfobia na perspectiva docente: entre a estatística e o enfrentamento. EDUCA - **Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 7, p. 710-729, jan./dez., 2020.

MESQUITA, M.R. Cultura e política: A experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 81, p.179-207, 2008.

MICHELS, E.; MOTT, L. **População LGBT Morta no Brasil: Relatório GGB 2018**. Grupo Gay da Bahia, Bahia, 2018.

PEREIRA, M.A.L. **A Busca de Caminhos que Integram Teoria e Prática na Formação Inicial: o caso de uma disciplina de psicologia**. Dissertação (Mestrado em Educação), UNICAMP, 2001.

PEREIRA, M. A. L.; ARAÚJO, E. A. S. de. Olhar O Ensino Médio Pelas Lentes Da Teoria Social Cognitiva, **Psicologia: ensino e formação**, v. 6, n.1, p.3-13, 2015.

PITOMBEIRA, D. F.; OLIVEIRA, L. C. Pobreza e desigualdades sociais: tensões entre direitos, austeridade e suas implicações na atenção primária. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p.1699-1708, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Grupo Gay da Bahia**. s/d. Disponível em: <http://pelourinhodiaenoite.salvador.ba.gov.br/index.php/28-onde-visitar/instituicoes/612-grupo-gay-da-bahia-ggb#:~:text=Grupo%20Gay%20da%20Bahia%20%C3%A9,utilidade%20p%C3%ABblica%20municipal%20em%201987>. Acesso em: 6 jul. 2020.

SEFFNER, F. Sigam-me os Bons: Apuros e Aflições nos Enfrentamentos ao Regime da Heteronormatividade no Espaço Escolar. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1. São Paulo: 2013.

SIGNORELLI, G.; ANDRÉ, M. Contribuições do programa institucional de bolsas de iniciação à docência (PIBID) para a inserção profissional de professoras iniciantes, **Devir Educação**, v.3, n.2, p. 27-52, jul./dez. 2019.

SIMÕES, J. A. FACCHINI, R. **Na Trilha do Arco Íris: Do Movimento Homossexual ao LGBT**. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo: 2009.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso: A Homossexualidade no Brasil da Colônia à Atualidade**. Editora Objetiva, 4ed. Rio de Janeiro: 2018.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Plano de Aula: Dia Internacional Contra Homofobia e Transfobia**. São Paulo, 2014.

VANNUCHI, P. **Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais**. In: Texto-base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, 2008, Brasília. Brasília: Governo Federal, 2008.